

A IMPORTANCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO E RENDA

Tiago Colombo Utrera¹, Fábio Alexandre Cavichioli², Selma de Fátima Grossi³

¹Aluno do curso de Gestão no Agronegócio- Fatec Taquaritinga–tiago_utrera@hotmail.com.

²Prof. no curso de Gestão no Agronegócio- Fatec Taquaritinga fabio.cavichioli@fatectq.edu.br.

³ Profa. no curso de Logística – Fatec Bebedouro- grossi.selma@gmail.com.

RESUMO

Desde a colonização do Brasil a forma da produção agrícola instituída pela coroa portuguesa foi a monocultura da cana-de-açúcar para exportação de açúcar. As regiões de produção caracterizavam-se por serem em grandes áreas férteis e tinham ao lado grande quantidade de trabalhadores rurais com poucos recursos para investirem e áreas pequenas. Esses pequenos produtores produziam principalmente alimentos que abasteciam a comunidade local e, hoje são denominados de agricultores familiares. O objetivo do trabalho foi o de relatar a importância da obtenção de renda pelas pessoas envolvidas com a agricultura familiar e, para tal, foi baseado em publicações da literatura sobre o assunto. Sabe-se que as áreas pequenas da agricultura familiar são formas atraentes de produção para o pequeno produtor, pois possibilita fluxo de renda mensal e escoamento fácil da produção (Almeida *et al.*, 2016). A partir dos trabalhos analisados foi possível considerar que a agricultura familiar produz diversidade de alimentos, comercializam e abastecem os mercados locais com seus produtos e possibilita renda para os produtores.

Palavras-chave: Alimentos. Pequenos produtores. Renda familiar.

1 INTRODUÇÃO

Na história política brasileira desde a colonização a forma de produção agrícola instituída pela coroa portuguesa foi a monocultura (cana-de-açúcar) principalmente para exportação. As regiões de produção da monocultura caracterizavam-se por ser uma grande área concentrada de terras férteis ao lado de grande quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra e poucos recursos para enfrentar as adversidades climáticas e sem auxílio da administração pública (ALMEIDA *et al.*, 2016).

A monocultura da cana-de-açúcar se estendeu por várias regiões brasileiras desde o sudeste até o norte do país. E não foi a única monocultura que caracterizou a produção agrícola nacional. O mesmo ocorreu em posteriores ciclos de produção como da borracha e do algodão que, como a cana-de-açúcar, ocorreram na região norte do país e, após o fracasso da atividade monocultora só restou a agricultura de subsistência e de baixa capacidade produtiva (MATTEI, 2014).

A situação da região se agravou mais ainda quando iniciou-se a expansão da pecuária na região sul e a produção de café na região sudeste. A saída populacional da região norte e nordeste caracterizou o período o que provocou conflitos sociais, ambientais e transformações profundas na produção agropecuária nacional (citar fonte bibliográfica). Mais tarde, já no século XX o êxodo rural se tornou intenso quando o período de militarismo privilegiou a produção agrícola nacional com vistas às exportações e os pequenos produtores foram esquecidos pelo Estado quando não houve política pública que incentivasse a produção dessa classe. Assim muitas pessoas jovens deixaram suas famílias na área rural em busca de oportunidades e foram para os centros urbanos trocando a vida no campo pelas cidades (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

Além disso, a Revolução Verde promoveu a difusão de tecnologias e com isso deixou a agricultura dependente da indústria, dos combustíveis fósseis e do monopólio genético das plantas e usuária de insumos importados ou de multinacionais (GUIMARÃES; RIBEIRO; ECHEVERRÍA, 2011).

Assim se caracterizou o período do “pós-guerra” com a modernização da agricultura brasileira que resultou na mobilidade populacional em massa (MATTEI, 2014). A estrutura da produção agropecuária no Brasil era desigual e injusta uma vez que, políticas públicas incentivavam a monocultura que levavam a um quadro de exclusão social e pobreza da classe de pequenos produtores familiares, com baixa renda para seu sustento.

A partir de 1990 políticas públicas, de âmbito federal, voltadas para a produção de alimentos pela agricultura familiar visou também promover o acesso de populações carentes a estes alimentos produzidos. Vários programas, como por exemplo?, criados pelo governo federal incentivaram os pequenos produtores em suas produções e foram também responsáveis por aumentar conhecimentos técnicos para suas atividades produtivas (SCHNEIDER, 2003) .

O trabalho teve o objetivo de relatar a importância da obtenção de renda pelas pessoas envolvidas com a agricultura familiar e, para tal, foi baseado em publicações da literatura sobre o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO

Para a realização deste trabalho foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica que foi realizada por meio do levantamento de artigos científicos e livros sobre o tema do artigo. Depois de realizadas as leituras e selecionado o material,

o próximo passo foi redigir o trabalho, o qual apresentou uma sequência para a sua elaboração, conforme pressupõe a metodologia científica. Também foi utilizado para o desenvolvimento do artigo a pesquisa quantitativa através de tabelas.

2.1. Surgimento do termo Agricultura familiar

Muitos países da América do Sul têm a atividade agropecuária como a base de desenvolvimento econômico e o Brasil destaca-se por todos as regiões terem participação no cenário agropecuário nacional (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

As áreas pequenas da agricultura familiar compõem uma forma atraente de produção para o pequeno produtor, pois possibilita fluxo de renda mensal e escoamento fácil da produção (ALMEIDA *et al.*, 2016).

Em todo o território nacional há diversidade de produção agrícola desde produtos para exportação, as *commodities* que elevam o Brasil no cenário das grandes potências, e produtos para abastecer o mercado interno. E também cabe destacar que há grandes áreas agriculturáveis e áreas pequenas geralmente exploradas pela família que também reside no local.

De acordo com Mattei (2014), a agricultura familiar existe desde o processo de ocupação do território brasileiro como uma rotina das atividades produtivas do país, nessa época era denominada de agricultura de subsistência.

A agricultura familiar com sua história que caminha com a história da formação do povo brasileiro composto por índios, negros, mestiços, brancos e imigrantes europeus, recebeu de cada um deles, uma contribuição para seu desenvolvimento que foi baseado na subsistência da família, mas também mas também o abastecimento de comércios locais que atendiam a região próxima (SANTANA, *et al.*, 2015).

Esse tipo de produção ficou por muito tempo sem receber recursos governamentais, não sendo reconhecido como importante, pois não era entendido como gerador de riquezas e de empregos. De acordo com Schneider (2003), a expressão agricultura familiar surgiu a partir da década de 1990 com a ocorrência de dois eventos com impacto social e político principalmente na região centro-sul do país. Esses eventos foram os movimentos sociais no campo pressionando por melhorias e a resposta política que foi a criação, em 1996, do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio aos pequenos produtores rurais, que estavam em sérias dificuldades para se manter na atividade em razão das políticas adotadas na década de 1980. A partir do surgimento do Pronaf o

sindicalismo rural brasileiro passou a defender um compromisso mais sólido do Estado com a categoria.

A partir destes dois eventos houve uma alteração no cenário brasileiro que foi o surgimento de estudos e interesse de pesquisadores por todo o escopo temático e novos estudos relacionados ao meio ambiente, mercado de trabalho e dinâmica da ocupação do campo.

2.2 Conceito de Agricultura Familiar

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais, seja utilizada mão de obra da própria família, assim como a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento.

A agricultura familiar é representada por pequenos produtores rurais e tem a mão de obra constituída pelas pessoas da família. De acordo com Guimarães et al. 2011, na região do Brasil central a agricultura familiar existe mesmo tendo a agricultura patronal um grande destaque na produção nacional.

2.3 Agricultura familiar e produção de alimentos

A agricultura familiar tem um importante papel na produção de alimentos no Brasil e produz uma diversidade de produtos que fazem parte da alimentação diária das pessoas.

Hoffman (2014) enumera alguns importantes produtos na alimentação da população brasileira e o percentual de participação da agricultura familiar no total produzido de acordo com o censo do IBGE de 2006. Esse percentual de participação tem uma variação muito grande que vai de 14,0% da produção de soja até 83,2% que é o percentual da produção de mandioca.

Analisando apenas esses dois extremos de produção, ressalta-se aqui o que o mesmo autor destaca nesses índices indicativos: que a produção de soja está ligada a áreas grandes de produção e destinada à exportação enquanto que a mandioca é plantada em áreas menores e além da comercialização, utilizadas também para sustento da própria família. O censo de 2006 informa que 48,7% da produção é vendida sendo então o restante consumido pelas famílias (HOFFMAN, 2014).

No trabalho de Guimarães *et al.* (2011) os autores tiveram por objetivo analisar a participação do município de Rio Verde, GO no agronegócio brasileiro e ressaltaram que,

naquela época, mais da metade dos produtores rurais da cidade eram considerados da agricultura familiar embora a área ocupada era inferior a 8% do total das propriedades.

Guilhoto *et al.* (2020) em seu trabalho avaliaram a importância da agricultura familiar nos estados que tem seu foco na absorção de empregos e produção de alimentos, mas tem também grande importância de ordem econômica para o país. Segundo os mesmos autores a participação do setor agrícola na agricultura familiar é de 18% enquanto que na agricultura patronal é de 16%.

Outra participação da agricultura familiar é na alimentação escolar. No trabalho de Saraiva, *et al.* (2020) que avaliaram num estudo baseado nas informações de órgãos municipais no exercício do ano de 2010 que a aquisição de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em quase a metade dos municípios brasileiros (47,4%) foi da agricultura familiar.

2.4 Produção de alimentos e geração de renda

A agricultura familiar tem papel importante no cenário brasileiro de produção de alimentos e geração de renda. Guilhoto *et al.* (2020) informaram em seu estudo, que o agronegócio teve participação de 10% no PIB (Produto Interno Bruto) nacional, sendo que consideraram o PIB da agricultura patronal e o PIB da agricultura familiar. Para quantificação do PIB não foi usado apenas a produção agropecuária e sim a cadeia que envolve indústrias, comércio e serviços existentes para a agricultura familiar, denominando-se assim o agronegócio familiar.

Guilhoto *et al.* (2020, p. 2) afirmam também que: “A expressividade da atividade familiar quantificada pelo PIB do agronegócio familiar se torna mais ampla e define melhor como a produção dos pequenos produtores realmente interfere na economia”.

Bezerra & Schlindwein (2017) realizaram um trabalho de pesquisa que, por meio de um questionário e entrevista com pequenos produtores de Dourados, MS, que teve como objetivo mostrar que a agricultura familiar é geradora de renda e contribui para o desenvolvimento local. Após a análise dos resultados os autores concluíram que essa atividade é importante para manter as famílias no campo e os alimentos produzidos geram renda, porque são comercializados no local e também são utilizados para o consumo familiar. Entretanto, outra observação importante que o questionário permitiu concluir, foi que, a quantidade de terra possuída é pequena para produzir e para muitas famílias é necessário outra atividade não agrícola para aumentar a renda e garantir o sustento da família.

2.5 - Agricultura familiar organizada em cooperativas e/ou associações

A partir de 1990 a agricultura familiar passou a ter maior importância no cenário político e econômico do país e programas de apoio e desenvolvimento foram criados para promoção e fortalecimento da atividade no campo. Dentre esses programas conhecidos estão o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Entretanto para ter acesso aos benefícios dessa política os agricultores precisam estar organizados em associações ou cooperativas.

Quando produtores estão organizados em associações ou em cooperativas o acesso ao programa torna-se mais fácil, pois qualquer informação requerida pelo programa sobre o associado/cooperado é obtida na organização que, tem a capacidade de transação comercial ou financeira desde que esteja bem documentada e atualizada. Indicando assim seu papel de intermediária entre o associado /cooperado e o mercado. “As operações que as cooperativas estabelecem com seus cooperados são compreendidas como transferência de mercadorias/recursos e não como atividades mercantis” COSTA *et al.*, 2015, p.113).

2.6 Resultados observados na agricultura familiar

Os agricultores familiares cultivam grande variedade de produtos, pois o objetivo é comercializar e também atender as necessidades da própria família.

A Tabela 1 retirada do trabalho de Bezerra & Schlindwein (2017) mostra as principais culturas de 182 agricultores familiares de Dourados, MS. As duas maiores culturas produzidas, milho e soja, com 69,23% e 62,09% respectivamente, também tiveram suas áreas produtivas aumentadas visando principalmente a exportação, como relata os autores. Ainda segundo os autores, o aumento da área se deu no censo de 2006 e quando comparado com o censo anterior, as áreas plantadas de arroz, feijão e trigo diminuiriam indicando a busca do pequeno produtor por uma estratégia que gere renda para a família. Pela tabela observa-se que algumas culturas têm representatividade alta pois a família também usufrui do que é produzido e, então destaca-se a mandioca e a horta.

Tabela 1 – Principais produtos e culturas desenvolvidas nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais, de Dourados, MS, 2015

Principais produtos e culturas*	Frequência absoluta/ propriedade	Frequência relativa (%)
Milho	126	69,23
Soja	113	62,09
Mandioca	35	19,23
Horta	30	16,48
Leite	27	14,84
Arroz	9	4,95
Olerícolas	7	3,85
Hortifruti	7	3,85
Frutas	4	2,2
Cana-de-açúcar	2	1,1
Não possui culturas agrícolas	2	1,1
Eucalipto	3	1,65
Turismo rural	1	0,55
Feijão	1	0,55
Sorgo	1	0,55

Fonte: BEZERRA & SCHLINDWEIN (2016).

Além das atividades agrícolas de alimentos, os autores também destacaram a atividade de turismo rural que, na ocasião se mostrou baixa, mas pode-se inferir que muitos filhos substituindo os pais na atividade rural da família enxergam outras saídas que podem acessar visando o fortalecimento da propriedade.

A Tabela 2, do mesmo trabalho, ressalta que a produção animal esteve presente nas propriedades familiares avaliadas. Pode-se observar que os maiores percentuais são de aves (34,07%) e bovinos (18,13%) e depois suínos (14,23%) e as outras espécies em percentuais menos expressivos.

Tabela 2 – Diversidade animal nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais, de Dourados, MS, 2015

Principais atividades pecuárias*	Frequência absoluta de respondentes	Frequência relativa (%)
Não possui animais	116	63,74
Aves	62	34,07
Bovino	33	18,13
Suíno	26	14,29

Equino	7	3,85
Caprino	3	1,65
Piscicultura	3	1,65

Fonte: BEZERRA & SCHLINDWEIN (2016).

Outro aspecto relevante que influencia e contribui para a renda dos produtores é o local onde colocam seus produtos para comercialização. O mesmo trabalho também levantou os canais de comercialização onde esses produtores entregavam o que haviam produzido. A tabela 3 mostra as respostas dos entrevistados e pode-se observar que o local com maior percentual como canal de entrega são os armazéns e cerealistas (52,75%) seguido de vendas diretas (25,82%). Uma observação importante é o baixo percentual de comercialização pela cooperativa (7,14%).

Tabela 3 – Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares tradicionais, de Dourados, MS, 2015

Canais de comercialização dos produtos*	Frequência	Percentual (%)
Armazém/Cerealista	96	52,75
Venda direta	47	25,82
PAA	32	17,58
Intermediário	21	11,54
Cooperativa	13	7,14
Laticínio	8	4,4
PNAE	6	3,3
Frigorífico	5	2,75

Fonte: BEZERRA & SCHLINDWEIN (2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos trabalhos feita a agricultura familiar contribui de maneira significativa para a renda das famílias permitindo às mesmas obter seu sustento e diversidade de produtos oferecidos à comunidade local.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.C. *et al.* Perfil sanitário de unidades agrícolas familiares produtoras de leite cru e à adequação à legislação vigente. **Ciência Animal Brasileira**.v.17. n. 3, p. 303-315. Goiânia. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cab/a/ydjrZbN6ZDDqCcbzZFmftDn/>. Acesso em 10 de março de 2019.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**. v.18. n.1, p.3-15. Campo Grande, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/rbSvyMDjy8vWQq8KPmwXCMD/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: dia mês abreviado. ano.

GUILHOTO *et al.* A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GUIMARÃES, G.M.A.; RIBEIRO, F.L.; ECHEVERRIA, A.R. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.1, n.2, p.1-11., 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/19806569/Revista_Brasileira_de_Agropec. Acesso em: 10 de março de 2020.

HOFFMANN, R. A Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**: nota técnica.v.21. n.1, p.417-421. Campinas, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386/1376>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **LEI nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br> , 10 de setembro de 2022. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

MATTEI, L. Pronaf 10 anos: **Mapa da produção acadêmica**.202 p. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/>. Acesso em: 10 de março de 2020.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**. v.45.p.71-79. Fortaleza-CE. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

SANTANA, A.S.; ANDRADE, J.C.P.; ESTIVAL, K. G.S. Agricultura familiar na Bahia: uma análise descritiva a partir do censo agropecuário 2006. **V Semana do economia**. V Encontro de egressos. Ilhéus –Bahia. 2015. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/vsemeconomista/anais/gt2-1.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

SARAIVA, E.B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 18. n.4, p. 927- 936. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vhD3rprLbpKQyFmsHBfpDsJ/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 09 de março de 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.18. n. 51. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.



11ª Jornada Científica e Tecnológica da FATEC de Botucatu

07 a 11 de Novembro de 2022, Botucatu – São Paulo, Brasil

